RIALMA COMPANHIA ENERGÉTICA III S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

RIALMA COMPANHIA ENERGÉTICA III S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: +55 62 3283 7272
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdobrazilrcs.com.br

Rua 5 Qd. C-4 Nº 691 , 5º Andar
Setor Oeste, Goiânia – GO - Brasil
Cep – 74.115- 060 GO – Brasil

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas
Rialma Companhia Energética II S.A.
Mambaí - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Rialma Companhia Energética III S.A. ('Companhia'), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rialma Companhia Energética III S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa 07a, a Empresa possuí registrado em 31 de dezembro de 2016 os montantes de R$ 10.554 mil e R$ 50 mil de transações com partes relacionadas com a Empresa "Atual Comercializadora de Energia Ltda." referente a contas a receber e adiantamento para compra de energia, respectivamente. Todavia, em nossos exames não identificamos evidência suficientes de realização desses créditos. Como consequência, não foi possível nas circunstâncias concluir quanto à adequação dos saldos contábeis referente às transações mantidas com partes relacionadas, naquela data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 20 de março de 2017.

BDO RCS Auditores Independentes
CRC 2 SP 013846/O-1

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S

Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador CRC 1 GO 014553/O-0

/O-3 – S - SP **Contador CRC 1 GO 014553/O-0**

RIALMA COMPANHIA ENERGÉTICA III S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em Reais)

ATIVO

Circulante	Nota explicativa	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa		1.471.916	3.002.855
Contas a receber	4	1.792.960	1.746.044
Impostos a recuperar	5	125.294	158.562
Adiantamentos a fornecedores	6	-	30.785
Despesas Antecipadas		26.371	29.815
		3.416.541	**4.968.061**
Não circulante			
Contas a receber	4	10.604.062	10.604.062
Impostos a recuperar	5	338.707	338.707
Adiantamento p/ compra de energia	7a	5.149.424	-
Imobilizado Liquido	8	70.177.760	71.887.622
		86.269.953	**82.830.391**
Total do ativo		**89.686.494**	**87.798.452**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Circulante	Nota explicativa	2016	2015
Fornecedores nacionais	9	-	1.514.562
Empréstimos e financiamentos	10	4.760.338	5.939.138
Obrigações tributárias	11	1.324.711	2.524.269
Dividendos a pagar	13.3	3.115.622	1.123.585
		9.200.671	**11.101.554**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	7.754.047	11.351.967
Obrigações tributárias	11	2.860.593	744.690
Adiant. Compra de Energia		1.311.907	-
		11.926.547	**12.096.657**
Patrimônio líquido	13		
Capital social		38.903.260	38.903.260
Reserva legal		3.376.221	2.737.296
Ajustes de avaliação patrimonial		13.239.263	13.562.172
Reserva de Lucros		13.040.532	3.693.668
Total do Patrimônio Líquido		**68.559.276**	**58.896.396**
AFAC - Adiant. Fut. Aum. Capital		-	5.703.845
Total do Patrimônio Líquido e AFAC		**68.559.276**	**64.600.241**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**89.686.494**	**87.798.452**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

RIALMA COMPANHIA ENERGÉTICA III S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

	Nota explicativa	2016	2015
Receita Operacional Líquida	14	18.903.601	17.162.774
(-) Custo dos serviços prestados	15	(2.822.229)	(5.245.824)
(=) Lucro bruto		**16.081.372**	**11.916.950**
(+/-) Despesas/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	16	(1.553.098)	(2.005.550)
Despesas tributárias		(39.904)	(24.390)
Outras receitas/(despesas) operacionais	17	895.885	6.494
(=) Resultado antes do resultado financeiro		**15.384.255**	**9.893.504**
Resultado Financeiro Líquido	18	(1.887.331)	(3.522.331)
Lucro antes dos impostos		**13.496.924**	**6.371.173**
(-) Imposto de Renda	19	(469.965)	(1.152.496)
(-) Contribuição Social	19	(248.457)	(487.789)
(=) Lucro do exercício		**12.778.503**	**4.730.889**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

RIALMA COMPANHIA ENERGÉTICA III S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

	2016	2015
Lucro do exercicio	**12.778.503**	**4.730.889**
Outros resultados abrangentes		
Realização do Custo Atribuído	(322.909)	(322.909)
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**12.455.594**	**4.407.980**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

RIALMA COMPANHIA ENERGÉTICA III S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em Reais)

	Capital social integralizado	Reserva de Legal	Reserva de lucro	Ajustes de avaliação patrimonial	Total PL	Adiant. Fut. Aum. Capital	Total PL + AFAC
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**35.155.260**	**2.500.752**	**1.647.967**	**13.885.081**	**53.189.060**	**3.748.000**	**56.937.060**
Realização do Custo Atribuído	-	-	322.909	(322.909)	-	-	-
Resultado líquido do período	-	-	4.730.889	-	4.730.889	-	4.730.889
Proposta de destinação do lucro							
Reserva legal	-	236.544	(236.544)	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	(2.771.554)	-	(2.771.554)	-	(2.771.554)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	5.703.846	5.703.846
Integralização de capital	3.748.000	-	-	-	3.748.000	(3.748.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**38.903.260**	**2.737.296**	**3.693.667**	**13.562.172**	**58.896.395**	**5.703.846**	**64.600.241**
Realização do Custo Atribuído	-	-	322.909	(322.909)	-	-	-
Resultado líquido do período	-	-	12.778.503	-	12.778.503	-	12.778.503
Proposta de destinação do lucro							
Reserva legal	-	638.925	(638.925)	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	(3.115.622)	-	(3.115.622)	-	(3.115.622)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	(5.703.846)	(5.703.846)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**38.903.260**	**3.376.221**	**13.040.532**	**13.239.263**	**68.559.276**	**-**	**68.559.276**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

RIALMA COMPANHIA ENERGÉTICA III S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

	2016	2015
Lucro líquido	12.778.503	4.730.889
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	1.709.861	1.709.861
Juros Provisionados - Emprestimos	1.350.975	3.117.819
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(322.909)	(322.909)
	15.516.430	**9.235.660**
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
(Aumento)/Diminuição no contas a receber	(46.916)	817.065
(Aumento)/Diminuição nos impostos a recuperar	33.268	199.165
(Aumento)/Diminuição nos adiant. Fornecedores	30.785	(30.785)
(Aumento)/Diminuição nos adiant. p/ compra de energia	(3.837.517)	(5.491.049)
(Aumento)/Diminuição nos demais ativos circulantes	3.445	-
Aumento/(Diminuição) em fornecedores	(1.514.562)	106.665
Aumento/(Diminuição) em obrigações trabalhistas	-	(1.408)
Aumento/(Diminuição) em obrigações tributárias	916.345	1.534.204
Caixa líquido das atividades operacionais	**11.101.278**	**6.369.517**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Ajuste de avaliação Patrimonial	322.909	322.909
Caixa líquido das atividades de investimentos	**322.909**	**322.909**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos - Principal	(4.760.338)	(7.260.338)
Empréstimos e financiamentos - Juros	(1.367.357)	(3.413.865)
Dividendos pagos	(1.123.585)	(1.647.968)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(5.703.846)	5.703.845
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(12.955.126)**	**(6.618.326)**
Aumento/(Redução) líquido de caixa	**(1.530.939)**	**74.100**
Caixa no início do período	3.002.855	2.928.755
Caixa no final do período	1.471.916	3.002.855
Aumento/(Redução) líquido de caixa	**(1.530.939)**	**74.100**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Rialma Companhia Energética III S.A. ("Companhia") é uma Sociedade anônima com sede em Mambaí, Estado de Goiás. Sua controladora é a RC Administração e Participações S.A. e em conjunto com as sociedades controladas e coligadas, compartilha as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais.

A Companhia tem por objetivo específico geração e venda de energia elétrica da Pequena Central Hidrelétrica Santa Edwiges III. A capacidade instalada é de 11,6 MW e sua exploração foi autorizada por meio da Resolução nº 1.249, de 12 de fevereiro de 2008, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 20 de março de 2017.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos de Contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovados do Conselho Federal de Contabilidade.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, e provisão para contingência. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis e o seu efeito são apresentados na Nota Explicativa nº 3. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Mudanças em políticas contábeis

a) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva desde 1° de janeiro de 2016

Não há novas normas ou interpretações com aplicação efetiva pela primeira vez para períodos que se iniciaram em ou após 1° de janeiro de 2016 que tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade. Adicionalmente, nenhuma das alterações de normas e interpretações vigentes desde 1° de janeiro de 2016 resultaram em impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

b) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2016

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o *IFRS 9 Financial instrument*s, o *IFRS 15 Revenue from contracts with customers* e o *IFRS 16 Leases*. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da Companhia no futuro.

IFRS 9 Financial Instruments

O *IFRS 9* estará vigente para exercícios findos a partir de 1° de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de "Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes", sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes" são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultado Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao "impairment" de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de "perda esperada" substitui o modelo de "perda incorrida". O novo modelo de "perda esperada" deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de "Custo Amortizado" e "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes".

IFRS 15 Revenues from contracts with customers

O *IFRS 15* estará vigente para exercícios findos a partir de 1° de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de "performance"; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de "performance"; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de "performance" for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

IFRS 16 Leases

O *IFRS 16* estará vigente para exercícios findos a partir de 1° de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 *Leases*, IFRIC 4 *Determining whether an Arrangement contains a Lease*, SIC-15 *Operating Leases – Incentives* e SIC-27 *Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease*. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o *IFRS 16* determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um "direito de uso" dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

Os efeitos do *IFRS 15 Revenues from Contracts with Customers* e *IFRS 9 Financial Instruments* ainda estão sob análise da administração da Companhia, uma vez que os mesmos poderão gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro.

2.3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida.

2.3.2. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado; empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento; e, disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

2.3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.3.4. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído na data de transição para os CPC's, conforme Nota Explicativa nº 8. Inclui ainda, quando aplicável, os juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis.

A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, determinada pela Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

2.3.5. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e administrativas para as quais a expectativa de perda é remota. Neste contexto, a Administração, lastreada na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão para eventuais perdas. Baseada nestas avaliações, a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a sua defesa. A necessidade da constituição de provisão é analisada periodicamente.

2.3.6. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

2.3.7. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.3.8. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor presente da venda de energia elétrica gerada. A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, a data em que a energia elétrica é entregue ao cliente ou ao mercado de energia (CCEE - Camâra de Comercialização de Energia Elétrica).

2.3.9. Imposto de renda e contribuição social

São calculados e provisionados com base nas alíquotas de presunção, vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis, de Imposto de Renda e Contribuição Social.

3. Estimativas contábeis essenciais

A Companhia realiza determinadas estimativas e premissas em relação ao futuro. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas a seguir.

Estimativas e premissas

a) Vidas úteis dos ativos imobilizado

Os ativos imobilizados são amortizados ou depreciados durante sua vida útil. A vida útil é baseada nas estimativas determinadas pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 474/2012. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os valores são apropriados como despesa na demonstração dos resultados, em períodos específicos.

b) Processos legais

De acordo com os CPCs, a Companhia reconhece uma provisão quando existe Uma obrigação presente decorrente de um evento passado, uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável. Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações contábeis. As obrigações decorrentes de passivos contingentes que foram divulgadas, ou que não são atualmente reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações contábeis, poderiam ter um efeito material sobre o balanço patrimonial da Companhia. A aplicação desses princípios contábeis a litígios exige que a Administração da Companhia realize cálculos sobre diversas matérias de fato e de direito além de seu controle. A Companhia revisa as ações judiciais pendentes, monitorando a evolução dos processos e a cada data de elaboração de relatórios, visando avaliar a necessidade de provisões e divulgações nas demonstrações contábeis. Entre os fatores considerados na tomada de decisões sobre as provisões estão a natureza do litígio, reivindicação ou autuação, o processo judicial e o nível potencial de indenização na jurisdição em que o litígio, reivindicação ou autuação foi interposto, o andamento da ação (incluindo o andamento após a data das demonstrações contábeis, mas antes de serem emitidas), os pareceres ou opiniões dos consultores jurídicos, a experiência em casos semelhantes, e qualquer decisão da Administração da Companhia sobre a forma como ela vai responder ao litígio, reivindicação ou autuação.

4. Contas a receber

	2016	2015
Atual Comercializadora de Energia (a)	10.604.062	10.604.062
Clientes a faturar (b)	1.792.960	1.746.044
	12.397.022	**12.350.106**
Circulante	1.792.960	1.746.044
Não Circulante	10.604.062	10.604.062

(a) O saldo foi objeto de Termo de Confissão de Dívida celebrado entre a Companhia e Atual Comercializadora de Energia com término de pagamento em 31 de dezembro de 2026;

(b) Refere-se às contas a receber da Duratex S.A. e da Atual Comercializadora de Energia, referente ao fornecimento de energia. A Companhia poderá celebrar a qualquer momento, desde que não inviabilizem o fornecimento à Duratex S.A., contratos com novos clientes. Caso haja uma eventualidade que ocasione a ruptura do Contrato de fornecimento de energia elétrica à Duratex S.A., a Companhia, tem condições de vender a energia elétrica gerada no mercado de energia elétrica, imediatamente.

A Companhia analisa periodicamente os créditos em aberto para avaliar a necessidade de constituir provisão para perdas sobre créditos de realização duvidosa. Em 2016 não houve necessidade de constituir esta provisão.

5. Impostos a recuperar

	2016	2015
IRRF sobre Aplicação Financeira	52.128	52.205
ICMS	-	17.733
Outros	-	4.394
IOF	46.362	35.940
IRPJ	6.806	16.869
CSLL	3.700	13.053
Pis e Cofins	16.298	18.368
Pis - Reidi	60.318	60.318
Cofins – Reidi	278.389	278.389
	464.001	**497.269**
Circulante	125.294	158.562
Não Circulante	338.707	338.707

6. Adiantamento a Fornecedores

	2016	2015
Fornecedores de Serviços	-	30.785
	-	**30.785**

7. Partes Relacionadas

A Administração da Companhia identificou como partes relacionadas, empresas ligadas aos mesmos sócios da empresa, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições legais.

	2016				
Ativo	**RC ADM**	**Rialma II**	**Centrais**	**Sul Amazônia**	**Atual Energia**
Contas a Receber (a)	-	-	-	-	10.604.062
Compra de Energia (b)	5.099.424	-	-	-	50.000

Ativo	2015	
	RC ADM	**Atual Energia**
Contas a Receber (a)	-	10.604.062

(a) O saldo foi objeto de Termo de Confissão de Dívida celebrado entre a Companhia e Atual Comercializadora de Energia com término de pagamento em 31 de dezembro de 2026;

(b) A Rialma Companhia Energética III S/A participa do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que garante a entrega da garantia física a todos os participantes realocando a geração de agentes excedentes para agentes deficitários. É um mecanismo de rateio de perdas e ganhos, porém com a seca do ano de 2014, a geração do sistema como um todo não conseguiu suprir as garantias físicas estabelecidas, gerando assim um fator de ajuste conhecido como GSF – Generation Scalling Factor. Diante de tal cenário a Administração da Companhia decidiu realizar Adiantamento Financeiro para Compra de Energia Elétrica de forma a suprir a GSF para os exercícios os exercícios subsequentes;

	2016	2015
Passivo	**Rialma V**	**Rialma V**
Adiantamento para compra de energia	1.311.907	-

Conforme AGE de 02 de fevereiro de 2016 ficou decidido por unanimidade a continuidade da prática de não remunerar os diretores para o mandato eleito para os próximos 3 anos.

8. Ativo imobilizado

			2016	2015
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Reservatórios, Barragens e Adutoras	32.044.972	(6.453.206)	25.591.766	26.232.666
Edificações e Obras Civis	19.853.849	(4.559.248)	15.294.601	15.803.896
Máquinas e Equipamentos	9.957.523	(2.527.415)	7.430.108	7.733.694
Terrenos	8.055.908	-	8.055.908	8.055.908
Móveis e Utensílios	4.902	(2.029)	2.873	3.179
Máquinas e equipamentos	20.401	(15.147)	5.254	7.869
Custo Atribuído PCH**(a)**	15.822.534	(2.025.284)	13.797.250	14.050.410
	85.760.089	**(15.582.329)**	**70.177.760**	**71.887.622**

(a) A Administração aplicou o valor justo (*demeed cost*) para seus bens do ativo imobilizado conforme previsto no ICPC 10. O laudo de avaliação realizado em 1º de janeiro de 2009, determinou seu valor justo em R$60.400.505, refletindo um aumento de R$15.844.444 em relação ao custo contábil. O Pronunciamento Técnico CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade que remete ao ICPC 10, conceitua como valor justo a forma pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Com base neste entendimento, a metodologia aplicada no laudo foi o fluxo de caixa descontado, levando em consideração as seguintes situações:

i) Não foi possível evidenciar o valor justo baseado no mercado devido à natureza especializada de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH);

ii) A PCH por ser um bem Imobilizado, destinada à geração de caixa, e não à venda;

iii) Consulta técnica feita ao CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) realizada em 19 de maio de 2011, onde como última alternativa, não sendo possível evidenciar o valor justo pelos métodos anteriores, o fluxo de caixa descontado é considerado como prática contábil aceita, modelo este praticado pela Companhia;

iv) Impostos diferidos: A Administração da Companhia baseada no item 25 do ICPC 10, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, entende que em função da companhia ser tributada pelo lucro presumido e a mais valia do custo atribuído possuir completa neutralidade tributária, não está sujeita à constituição de provisão dos respectivos impostos e tributos diferidos.

v) Vale ainda acrescentar que em caso de uma possível venda futura, o ganho ou perda apurados caberão à Holding RC Administração e Participações S.A., e não a esta Companhia.

9. Fornecedores

	2016	2015
Fornecedores nacionais	-	540.936
Valores a pagar (a) (b)	-	973.626
	-	**1.514.562**

(a) Refere-se ao rateio de despesas administrativas junto a Centrais Construções Pesadas S.A., pela utilização da plataforma administrativa, conforme contrato de Compartilhamento com os usuários da mesma estrutura administrativa.
(b) Em 2016 foi revertida a provisão GSF.

10. Empréstimos e Financiamentos

	2016	2015
Banco do Brasil (a)	12.514.385	17.291.105
	12.514.385	**17.291.105**
Circulante	4.760.338	5.939.138
Não Circulante	7.754.047	11.351.967

(a) Financiamentos na modalidade de Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO), contratado em 19 de março de 2009 para implantação e exploração do potencial hidrelétrico da Usina Santa Edwiges III, com vencimento final em março de 2019 e setembro de 2021, com taxas de juros de 9,5% ao ano. Como garantia do financiamento, foram concedidos penhor das ações e direitos emergentes decorrentes da autorização recebida pela Resolução nº 115, da Aneel.

Em 22 de maio de 2013 a empresa captou R$ 40.000.000 também na modalidade de Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO), a taxa média de mercado de CDI + 3,8% a.a. em 64 parcelas sendo que a última ocorrerá em 10 de fevereiro de 2019. Como garantia do financiamento foi concedido penhor especial de 3º grau sobre ações ordinárias da Companhia.

Em 15 de maio de 2015, a RC Administração e Participações S.A. assumiu o saldo devedor da dívida, da modalidade de Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO), no valor de R$ 28.750.000.

11. Obrigações tributárias

	2016	2015
ICMS Substituição tributária	164.240	322.662
IRPJ a recolher	118.962	536.025
IOF a recolher	-	9.140
IRRF sobre nota fiscal	76	161
COFINS a recolher	60.229	315.861
ICMS diferencial de alíquota	40	40
CSLL	82.020	487.789
PIS	11.082	68.437
Pis - Reidi	60.318	60.318
Cofins - Reidi	278.389	278.389
Juros e atualização de impostos	16.278	386.682
Tributos Parcelados (*)	3.393.670	803.442
Outros	-	13
Total	**4.185.304**	**3.268.959**
Circulante	1.324.711	2.524.269
Não Circulante	2.860.593	744.690

Tributos parcelados: IRPJ/CSLL/COFINS/IOF de 2012 a 2016, corrigidos pela SELIC em até 60 parcelas.

12. Provisão para Contingências

A Companhia é parte em outras ações judiciais e administrativas para as quais a expectativa de perda é remota. Neste contexto, a Administração, lastreada na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão para eventuais perdas. Baseada nestas avaliações, a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a sua defesa. A necessidade da constituição de provisão é analisada periodicamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não foram necessárias constituições de provisão para contingências.

A Companhia possui uma ação ordinária, contra a União e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, ajuizada pelas empresas coligadas do grupo: Rialma Companhia Energética II S.A, Rialma Companhia Energética III S.A, Rialma Companhia Energética IV S.A e Rialma Companhia Energética V S.A, Rialma Companhia Energética S.A, objetivando a limitação do fator GSF (*Generation Scalling Fator*) em até 5% de redução de energia assegurada (garantia física). A administração, lastreada na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou a possibilidade de perda como possível, com o montante envolvido a seguir:

RIALMA II	RIALMA III	RIALMA IV	RIALMA V	Total
R$ 1.799.893,55	R$ 1.831.585,46	R$ 3.329.630,90	R$ 1.549.639,54	R$ 8.510.749,45

Além disso, a ação prevê ainda a condenação das rés a indenizar as postulantes por danos, materiais e lucros cessantes, bem como a restituir os valores já pagos indevidamente em montantes a serem apurados.

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital subscrito

O capital social é de R$ 38.903.260,00 pertencentes a acionistas domiciliados no País.

13.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	12.778.503	4.730.889
Reserva legal 5%	638.925	236.544
O saldo da Reserva legal:	**3.376.221**	**2.737.296**

13.3. Dividendos propostos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76:

	2016	2015
Lucro líquido	12.778.503	4.730.889
Realização do Ajuste Avaliação Patrimonial	322.909	-
(-) Reserva legal	(638.925)	(236.544)
Lucro ajustado	**12.462.487**	**4.494.345**
Dividendos propostos	3.115.622	1.123.585

14. Receita operacional líquida

	2016	2015
Venda de Energia	21.107.459	19.270.945
(-) Impostos sobre Vendas	(2.203.858)	(2.108.171)
Receita operacional líquida	**18.903.601**	**17.162.774**

15. Custos dos serviços prestados

	2016	2015
Custo com Pessoal (a)	(196.396)	-
Energia para revenda	(248.805)	(646.340)
Despesas, Penalidade – Câmara de Comercialização (b)	(667.166)	(2.829.480)
Custos tributários	-	(30.328)
Depreciação	(1.709.862)	(1.709.862)
Outras	-	(29.814)
	(2.822.229)	**(5.245.824)**

(a) Em 2015 e 2016 a Companhia firmou contrato de rateio de despesas com a Centrais Construções Pesadas S/A, o critério estabelecido foi baseado no faturamento da Companhia;

(b) O cenário hidrológico de 2014 foi extremamente desfavorável ao gerador, pois as chuvas vieram muito abaixo do esperado, deixando os reservatórios com os menores níveis de armazenamento em 20 anos. A Companhia participa do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), que garante a entrega da garantia física a todos os participantes realocando a geração de agentes excedentes para agentes deficitários e vice-versa. É um mecanismo de rateio de perdas e ganhos, porém com a seca do ano de 2014, a geração do sistema como um todo não conseguiu suprir as garantias físicas estabelecidas, gerando assim um fator de ajuste conhecido como GSF – *Generation Scalling Factor*. Como não era um cenário previsto pelos agentes do mercado, a Companhia teve que comprar essa diferença no mercado spot, que em muitos meses do ano bateu o teto do PLD – Preço de Liquidação das Diferenças. Nos primeiros meses de 2014 e em 2015, a energia foi comprada diretamente na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, no Mercado de Curto prazo.

Em 2016 e 2015 foram provisionadas despesas de CCEE referente ao potencial desembolso da Companhia pelo risco hidrológico dos agentes de geração hidrelétrica, não liquidadas e suportadas por liminar.

16. Despesas gerais e administrativas

	2016	2015
Despesas com Pessoal (a)	(978.124)	(971.405)
Despesas Administrativas (a)	(464.421)	(848.375)
Seguros	(82.599)	(41.851)
Serviços com PJ	(27.954)	(42.672)
Energia Elétrica	-	(101.247)
	(1.553.098)	**(2.005.550)**

(a) Em 2015 e 2016 a Companhia firmou contrato de rateio de despesas com a Centrais Construções Pesadas S/A, o critério estabelecido foi baseado no faturamento da Companhia.

17. Outras receitas e despesas operacionais

	2016	2015
Recuperação de despesas	121.425	10.137
Reversão de CCEE (a)	819.896	-
Despesas não dedutíveis	(45.436)	(3.575)
Multas não dedutíveis	-	(68)
	895.885	**6.494**

(a) A Cia reverteu a provisão de GSF em 2016.

18. Resultado financeiro líquido

Receitas financeiras	2016	2015
Juros ativos	-	132.129
Rendimento - aplicação financeira	223.134	334.811
	223.134	**466.940**
Despesas financeiras		
Encargos sobre financiamentos	(1.285.437)	(3.463.320)
IOF/IOC	(2.824)	(11.024)
Juros e multas passivas	(1.102)	(43.872)
Juros e multas sobre impostos	(774.442)	(448.513)
Despesas Bancárias	(46.660)	(22.554)
	(2.110.465)	**(3.989.272)**
Resultado financeiro	**(1.887.331)**	**(3.522.332)**

19. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e Contribuição Social são calculados e registrados com base no resultado tributável e considerando as alíquotas previstas pela legislação para o regime de tributação pelo lucro presumido:

	Alíquota presunção	2016	2015
Venda de energia	8%	(580.393)	(525.698)
Ganho de capital/receita financeiras de aplicação	100%	(138.029)	(1.114.587)
		(718.422)	**(1.640.285)**

a) 8% para Imposto de Renda e 12% para Contribuição Social.

20. Instrumentos financeiros

20.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

20.2. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

20.3. Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

20.4. Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber a empresa possui contrato de garantia de recebimento com seu cliente.

20.5. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

21. Seguros (não auditado)

A Companhia busca no mercado, apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas de 2016 foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramo	Importância segurada
Riscos operacionais	55.370.244,05

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.